

TRÊS POSIÇÕES SOBRE A QUESTÃO NACIONAL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 03.05.1983

A questão nacional permite-nos hoje identificar pelo menos três posições conflitantes. De um lado temos um velho nacionalismo com ranço dos anos cinquenta, que abomina a empresa multinacional e atribui todos os nossos males ao imperialismo. É a posição dos grupos radicais de esquerda, que assim imaginam combater os Estados Unidos e o regime capitalista. Mas é também a posição de muitos políticos de oposição, de militares e líderes sindicais de vários matizes ideológicos, que ainda não compreenderam que a simples e indiscriminada oposição às empresas multinacionais só fazia certo sentido nos anos quarenta e cinquenta, quando ainda era licito supor que o capital estrangeiro estava aliado ao capital mercantil local para impedir a industrialização brasileira. Esta posição, entretanto, resulta em um terceiro-mundismo anacrônico, na medida em que as empresas multinacionais tornaram-se parte integrante da industrialização brasileira.

No extremo oposto temos as freqüentes declarações de empresários, banqueiros internacionais que nos visitam e de autoridades monetárias locais no sentido de um alinhamento fácil e total com o primeiro mundo e em particular com os Estados Unidos.

Segundo essa visão, que também reproduz uma visão dos anos cinquenta, “entre-guista” ao invés de nacionalista, a vocação do Brasil é integrar-se a curto prazo no primeiro mundo. E para isto é necessário deixar de lado o terceiro mundo, já que estamos em uma fase muito mais adiantada de desenvolvimento que nossos parceiros, e tratar de nos alinhar com os EUA. Não se chega a afirmar que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, mas, no presente momento, supõe que as esperanças do Brasil dependem fundamentalmente da recuperação econômica norte-americana. Em termos concretos, a posição dos presidentes da Confederação Nacional das Indústrias e da FIESP

contra a reserva de mercado para as empresas nacionais na área eletrônica e de telecomunicações é um bom exemplo dessa posição primeiro-mundista.

A terceira alternativa, que encontra defensores em alguns órgãos da administração federal, como o Itamaraty, o Ministério das Comunicações, a Secretaria Especial de Informática, o BNDE, e a Petrobrás, não é uma mera posição intermediária, mas também uma posição dialética. Para o Itamaraty, por exemplo, a aliança no plano econômico com o primeiro mundo é relativamente aceitável, mas deve ser combinada com uma nítida posição terceiro-mundista e latino-americana. Nesse sentido, o recente repúdio do Presidente Figueiredo a qualquer intervenção dos Estados Unidos na América Central é um bom exemplo. No plano econômico, a SEI e o Ministério das Comunicações aceitam a cooperação estrangeira, mas, compreendendo que um problema fundamental do Brasil é a dependência tecnológica, desenvolvem uma política de reserva de mercado para a indústria nacional nos setores tecnologicamente de ponta para garantir a efetiva independência tecnológica nesses setores.

No plano da política econômica global essa posição reconhece, ao mesmo tempo, a necessidade de incrementarmos nossas exportações e de nos voltarmos para o mercado interno, não vendo conflito necessário entre as duas posições, dado o desemprego e a capacidade ociosa existentes no Brasil.

Esta terceira posição dialética é, obviamente, a única compatível com o estágio de desenvolvimento do Brasil e a dinâmica das relações econômicas internacionais no último quartel do século XX. Tanto o entreguismo primeiro-mundista quanto o velho nacionalismo terceiro-mundista são fruto de posições ideológicas ou de interesses econômicos menores.

O Brasil é sem dúvida um país do terceiro mundo. Ignorar este fato e as solidariedades que daí devem derivar é no mínimo irrealista. Se nós o ignoramos, os verdadeiros membros do primeiro-mundo não o fazem, como a recente crise financeira latino-americana, desencadeada após a guerra das Malvinas e a quebra do México, deixou

Por outro lado derivar, da nossa posição de país do terceiro mundo, um nacionalismo xenófobo ou pelo menos míope é não reconhecer a mudança decisiva ocorrida no após-

guerra em relação aos investimentos internacionais, antes voltados para a mineração, os serviços públicos e o comércio, e hoje voltados para a indústria. E é esquecer também que nacionalismo radical, autoritarismo e escamoteação dos conflitos de classe são geralmente fenômenos correlatos.(03/05/83)